DIFICULDADES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NO ATENDIMENTO NA ATENÇÃO BÁSICA ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Nágela Bezerra Siqueira[1]
Beatriz da Silva Lima[2]
Graduanda em Bacharelado de Enfermagem pela Faculdade Princesa do Oeste[1];
Mestra. Enfermeira do Centro de Atenção Psicossocial Dr. Abdoral Machado. Docente de Graduação em Enfermagem na Faculdade Princesa do Oeste. Professora Visitante da Pós-Graduação da Escola de Saúde Pública do Ceará.[2]

Resumo

Introdução: Em 1984, ocorreu o desenvolvimento do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher incorporando ações integradas voltadas à saúde da mulher em meio a sociedade brasileira, traçando uma resolutividade das comorbidades com contexto na saúde. **Objetivo:** Estudo com a finalidade de apontar na literatura as dificuldade enfrentada pelos profissionais de saúde no atendimento prestado às mulheres vítimas de violência de gênero na Atenção Básica do Sistema Único de Saúde (SUS). **Metodologia:** Estudo de revisão integrativa, onde foi utilizado as bases de dados Banco Virtual em Saúde, Lilacs, Scielo, Medline e Pubmed, onde foram impostos os critérios de inclusão: artigos completos e disponíveis, com recorte temporal máximo de cinco anos, que correspondessem aos descritores: Políticas Públicas à Mulheres; Violência contra a Mulher e respondessem a pergunta norteadora: " O que a literatura aponta com relação às dificuldades no atendimento prestado pelos profissionais de saúde da Atenção Básica perante as mulheres vítimas de violência de gênero?", elaborado pela estratégia de PICO. Enquanto que os critérios de exclusão englobam: estudos realizados há mais de cinco anos, de idioma estrangeiro, relatos de experiência, dissertações, teses e estudos repetidos. **Resultados e discussão:** O levantamento realizado dos estudos apontaram que o enfrentamento à violência contra a mulher ainda existem muitas fragilidades no que diz respeito ao acolhimento e direcionamentos. As vulnerabilidades são constatadas já na implementação da Lei Maria da Penha (nº 11.340/06), que embora tente assegurar a integridade física da mulher, não a garante. Outra grande deficiência trata-se da dificuldade e/ou ausência de uma Rede de Atenção articulada resultando em um cuidado fragmentado e a revitimização da mulher. No âmbito da Atenção Básica, é unânime nos estudos selecionados abordar a respeito da qualificação dos profissionais, sendo estes, pouco ou não preparados para atuar ou identificar uma mulher vítima de violência, sendo esta uma grande fragilidade no atendimento a essa população. **Conclusão:** Os estudos selecionados apontaram a grande necessidade dos profissionais estarem atualizados para atender à essas mulheres, como também identificá-las, visto que a vítima de violência de gênero acredita que sua situação não tem relação com sua condição de saúde. O que agrava na atuação dos profissionais e tem impacto direto na qualidade do atendimento prestado.

Palavras-chave: Atenção Básica, Políticas Públicas, Violência contra a Mulher.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a questão da violência contra a mulher vem sendo mais debatida devido o crescente número de casos de mulheres violentadas e suas denúncias, assim, essa temática tem conquistado visibilidade em campos multidisciplinares e por organizações internacionais, possibilitando a formulação de políticas e programas de saúde voltados para seu enfrentamento. Essa temática compõe o cenário das políticas públicas brasileiras de saúde desde 1984, com a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) (BEZERRA et al, 2018)

Seu desenvolvimento foi visando incorporar todas as necessidades existentes da mulher em meio a sociedade brasileira, traçando uma resolutividade das comorbidades com contexto na saúde. Após duas décadas de sua criação, o PAISM foi reformulado e incorporou abordagem de gênero, integralidade e promoção da saúde aos princípios norteadores, e ajuda a consolidar avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos (BRASIL, 2011). A elaboração de práticas e serviços instituídos, entre 2003 a 2013, incluiu ações integradas, tais como: criação de normas e padrões de atendimento, aperfeiçoamento da legislação, incentivo à constituição de redes de serviços, apoio a projetos educativos e culturais de prevenção à violência, e favorecimento do acesso das mulheres à justiça e aos serviços de segurança pública (BRASIL, 2012). Contudo, estudos realizados a respeito da implementação das políticas de saúde da mulher demonstram a existência de dificuldades na sua implementação, embora não se tenha um panorama abrangente da situação, pode-se afirmar que a maioria ainda enfrenta dificuldades políticas, técnicas e administrativas (BRASIL, 2011).

Dessa forma, os serviços da Atenção Primária à Saúde, considerado a porta de entrada para o Sistema Único de Saúde (SUS), é reconhecido como capacitado para acolher as mulheres em situação de violência. As Unidades Básicas de Saúde (UBS) estrategicamente se localizam dentro da comunidade, sendo responsáveis por resolverem 80% das demandas da população do território e, a partir do vínculo, cuidar de forma integral e longitudinal das pessoas e das famílias da comunidade (PIEROTTI et al, 2018). O atendimento integral e de qualidade no contexto da saúde da mulher foi uma cobrança do movimento feminino e teve grande avanço na década de 80 com a implantação do PAISM, apesar de posterior retrocesso. O PAISM deu ênfase à assistência às mulheres numa perspectiva da politização do cuidado ao incluir a discussão acerca das relações de poder no interior dos serviços de saúde, e tematizar as relações de gênero, classe e etnia (BRASIL, 2011).

O PAISM considera a violência contra a mulher uma comorbidade de grande relevância e que necessita de uma atenção integral mais abrangente. Nesse contexto, além da amplitude, são elevados os números de novos casos de violência, e estes tendem a se agravarem e serem recorrentes. A violência contra a mulher é apontada como um agravo social gerado a partir das desigualdades de gênero e que necessita de uma efetivação no meio prático, fornecendo apoio e reconhecendo as dificuldades dessas mulheres em usufruírem dos serviços disponíveis do SUS (BRASIL, 2011). Com isso, este estudo torna-se relevante para indicar as dificuldades existentes no processo do atendimento prestado por esses profissionais às mulheres vítimas de violência, como também contribuir na melhora dos serviços prestados. Deste modo, esta pesquisa de cunho acadêmico teve como finalidade apontar na literatura as dificuldade enfrentada pelos profissionais de saúde no atendimento prestado às mulheres vítimas de violência de gênero na Atenção Básica do Sistema Único de Saúde (SUS).

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa realizada em seis etapas: identificação da temática, formulação do questionamento norteador e dos critérios de inclusão e exclusão, coleta dos dados nas bases de dados, seleção dos artigos e apresentação dos resultados. A identificação deste estudo se deu devido sua importância no contexto da saúde, visto o que o PAISM garante atenção integral à saúde dessas mulheres, o que torna importante verificar o atendimento dos serviços públicos prestados à população alvo deste estudo. A segunda etapa foi realizada por meio da estratégia de PICO, método utilizado para formulação de perguntas norteadoras, representado pelo acrônimo: P de paciente, I de intervenção, C de comparação/controle, O de outcome (desfecho).

Neste estudo, os pacientes abordados foram mulheres vítimas de violência de gênero; a intervenção esperada para esses profissionais seria através de capacitações acerca das políticas e programas destinados à essas mulheres; a comparação/controle: não se obteve; e o desfecho esperado seria o seguimento dessas políticas e protocolos no contexto da saúde no atendimento dessas mulheres. Com isso, chega-se na pergunta norteadora: " O que a literatura aponta com relação às dificuldades no atendimento prestado pelos profissionais de saúde da Atenção Básica perante as mulheres vítimas de violência de gênero?". Assim, os critérios de inclusão foram: artigos completos e disponíveis, com recorte temporal máximo de cinco anos, que correspondessem aos descritores: Violência de Gênero; Violência contra a Mulher e respondessem a pergunta norteadora. Enquanto que os critérios de exclusão englobaram: estudos realizados há mais de cinco anos, de idioma estrangeiro, relatos de experiência, dissertações, teses e estudos repetidos.

A coleta inicial aconteceu no segundo semestre de 2019, nas bases de dados Banco Virtual em Saúde (BVS), Lilacs, Scielo, Medline e Pubmed, onde após a busca, foram pré-selecionados os estudos por meio de leitura sistemática dos títulos e resumos, fazendo aplicação dos critérios de inclusão e exclusão. Com isso, pode-se realizar uma melhor seleção dos estudos e se aprofundar na leitura dos artigos na íntegra selecionados, que estavam de acordo com o pré-estabelecido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento realizado dos estudos apontou que o enfrentamento à violência contra a mulher ainda existem muitas fragilidades no que diz respeito ao acolhimento e direcionamento. No âmbito da implementação das políticas, é expressado no estudo "Violência contra a mulher, polícia civil e políticas públicas", a respeito das vulnerabilidades sendo constatadas já na implementação da Lei Maria da Penha (nº 11.340/06), que embora venha tentar assegurar a integridade física da mulher, por meio do aumento da pena contra seus agressores, estabelecendo instrumentos de acolhimento de emergência às vítimas e prevendo mecanismos de assistência social à mulher agredida, essas medidas não garantem sua integridade. Corroborando com estudos anteriores que afirmam que uma das grandes deficiências do acolhimento às mulheres vítimas de violência é a dificuldade e ausência de uma Rede de Atenção articulada, resultando em um cuidado fragmentado e a revitimização da mulher (TRETIN et al., 2019).

No contexto da Atenção Básica, o estudo "Qualificação de profissionais da saúde para a atenção às mulheres em situação de violência sexual" e "Assistência dos profissionais da Estratégia da Saúde da Família na atenção à mulher vítima de violência" apontam a respeito da qualificação dos profissionais, sendo estes, pouco ou não preparados para atuar ou identificar

uma mulher vítima de violência, sendo esta uma grande fragilidade no atendimento dessa população. É afirmado que apenas a graduação não oferece a competência necessária para atuar perante essas pacientes, desta forma, os profissionais buscam por conta própria capacitação ou acabam obtendo experiência com a prática profissional. Impactando diretamente na qualidade do atendimento a paciente vítima de violência, revelando a escassez de profissionais capacitados para atuação nesta área, fazendo com que se torne um verdadeiro desafio atuar em uma perspectiva integral.

Essa deficiência de profissionais capacitados, muitas vezes, acaba conduzindo a um atendimento mais "pessoal" em vez da prestação de uma assistência qualificada e singular, baseada na especificidade pessoal. Segundo Tretin et al., (2019), é importante e faz parte do atendimento a escuta qualificada, como também a prestação de apoio às vítimas sem julgamentos, visando sua vinculação e fazendo com que esta não desista do acompanhamento. Sendo verificado no estudo "Violência contra mulher: concepções e práticas de profissionais de serviços públicos" onde afirma-se que é necessário a existência de uma relação dialógica entre o profissional e a mulher violentada, pois o diálogo torna-se uma ferramenta significativa para a criação do vínculo, possibilitando a identificação da agressão. É importante ainda que os profissionais tenham uma escuta sensível e atenta a fim de conhecer a história de vida de cada mulher que busca ajuda. Pois as mulheres em situação de violência procuram os serviços de saúde, mas na maioria das vezes, não revelam os reais motivos para os profissionais da instituição.

Estudos recentes apontam que o conhecimento do fenômeno da violência por parte do profissional de saúde melhora todas as instâncias do atendimento à vítima, desde o reconhecimento da ocorrência de violência até o diagnóstico, manejo e encaminhamento dos casos. As mulheres sentem-se mais segura em relatar seus casos aos profissionais que estão mais preparados. Uma dimensão importante do atendimento às mulheres em contexto de violência é a intervenção psicossocial. Nesse caso, não basta acolhê-las para a investigação do acontecimento, mas especialmente ajudar a melhorar suas condições de vida e enfrentamento das situações de violência. Entretanto, na prática, os profissionais acabam não identificando a violência como um problema de saúde, e por não estarem preparados para interagir e formar vínculo, acabam que as sintomatologias são tratadas, mas ignora-se a história de vida da pessoa. As diretrizes do PAISM preconizam que o SUS deva ser direcionado para a atenção integral à saúde da mulher e para alcançar tal objetivo é necessário que toda a equipe multiprofissional atuante esteja apta, disponível para realizar todos os serviços necessários previstos às mulheres vítimas de violência (VILA et al, 2018).

CONCLUSÃO

Os estudos selecionados apontaram a grande necessidade dos profissionais estarem atualizados para atender à essas mulheres, como também identificá-las, visto que a vítima de violência de gênero acredita que sua situação não tem relação com sua condição de saúde. O que agrava na atuação dos profissionais e tem impacto direto na qualidade do atendimento prestado. As principais fragilidades encontradas incluem: atenção fragmentada, baseada no saber tradicional (modelo biomédico); posturas inadequadas dos profissionais no atendimento, incidindo na culpabilização da mulher. Outras problemáticas também são consideradas nos estudos selecionados como dificuldades referentes à notificação dos casos de violência contra a mulher relacionados por escassez de regulamentos que firmem os procedimentos técnicos, falhas na identificação da violência no serviço de saúde, ausência de mecanismos legais de

proteção aos profissionais encarregados de notificar e o sigilo profissional. Por esse motivo, torna-se imprescindível que as equipes estejam capacitadas e disponíveis para atuação com esta população. As políticas públicas relacionada a saúde de mulheres vítimas de violência de gênero embora bem redigidas e fundamentadas, não são adequadamente implementadas, espelhando poucos profissionais capacitados para atuar e reconhecer a paciente que sofre de transgressões físicas e psíquicas, com erros na conduta de acompanhamento e apoio.

REFERÊNCIAS

BEZERRA JF, LARA SRG, NASCIMENTO JL, BARBIERI M. Assistência À Mulher Frente À Violência Sexual E Políticas Públicas De Saúde: Revisão Integrativa. **Rev Bras Promoç Saúde**, Fortaleza, jan./mar., 2018.

BRASIL. **Ministério da Saúde** (BR), Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica. 3a ed. Brasília, 2012.

BRASIL. **Ministério da Saúde** (BR). Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde; 2011.

MOREIRA, Gracyelle Alves Remigio. et al. Qualificação de profissionais da saúde para a atenção às mulheres em situação de violência sexual. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, set./dez. 2018.

SOUSA, Tatiana M. C., REZENDE, Fernanda F. Violência contra mulher: concepções e práticas de profissionais de serviços públicos. Estudos Interdisciplinares em Psicologia, Londrina. 2018.

SOUZA, T. M. C. Santana, F. R. M. Martins, T. F. Violência contra a mulher, polícia civil e políticas públicas. Pesquisas e Práticas Psicossociais 13(4), **São João del Rei**, outubro-dezembro de 2018.

PIEROTTI CF, D'Olviera AFPL, Terra MF. A situação de violência doméstica de gênero na atenção primária à saúde. **Arq Med Hosp Fac Cienc Med Santa Casa São Paulo.** 2018.

TRENTIN D, VARGAS MAO, LINO MM, LEAL SMC, FERREIRA ML, SAIORON. Atendimento a mulheres em situação de violência sexual: revisão integrativa da literatura. **Esc Anna Nery** 2019.

VILA, V. L. B. N. Almeida, C.A.P.L.; Santos, R.F.; Lago E.C.; Tapety E.I. Ribeiro, I.P. Assistência dos profissionais da Estratégia da Saúde da Família na atenção à mulher vítima de violência. **Revista Nursing**, 2018.